

Crise econômica e transição política no Brasil (1974/1984)

João Ildebrando Bocchi

*Professor do departamento de Economia da FEA/PUC-SP
e doutorando do Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais da PUC/SP.*

Introdução

No debate sobre a transição política no Brasil, iniciada em 1974 com a distensão do governo Geisel, alguns autores privilegiam as questões econômicas como principais fatores explicativos do processo de redemocratização, bem como de suas próprias limitações. Outros analistas identificam na origem desse processo uma estratégia dos militares "castellistas" (Geisel / Golbery), buscando readquirir a legitimidade perdida pelo regime militar, enquanto outros vêem nas lutas populares o principal móvel da longa caminhada pela democracia no país. Neste debate, quase todos os participantes tendem a desqualificar as outras posições, postura até admissível em termos retóricos, mas que, quase sempre, empobrece o próprio debate e não colabora para o avanço do conhecimento da realidade analisada.

Este artigo procura aprofundar a discussão sobre as questões econômicas e suas relações com a transição política, analisando as reflexões de Bresser Pereira (1978,1985), Lessa (1978), Castro (1985) e Fiori (1990), cujas abordagens estão longe de serem consideradas deterministas ou reducionistas. Nosso ponto de partida é que a relação entre economia e política no Brasil passa objetivamente pela enorme presença do Estado no sistema econômico, seja como produtor direto de bens e serviços, seja enquanto regulador da atividade produtiva. Esta presença irá aumentar ainda mais após o golpe militar, impulsionada pelas empresas estatais. Assim, o crescimento econômico será um elemento de legitimação dos governos militares pós-64, conforme consubstanciado na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento. Esta legitimação alcança o seu nível máximo com o chamado 'milagre econômico', entre 1968/1973.

Neste trabalho nos deteremos, particularmente, na crise do milagre e no II PND (1975/79), quando

parte das classes sociais beneficiárias do milagre vai assumir novo posicionamento com relação ao regime. É com o fim do milagre que parte da burguesia industrial e boa parte da classe média irá se colocar progressivamente, de forma cada vez mais clara, contra o regime militar. É ainda em 1974 que começa a explicitar-se a postura combativa do Sindicato dos Metalúrgicos de ABC, com a entrada na Justiça do Trabalho buscando recuperar as perdas salariais decorrentes da manipulação do índice oficial de inflação em 1973. Finalmente, com a brutal recessão econômica que atravessa o país no período 1981/83, os militares perdem praticamente toda a sustentação política. O movimento pelas eleições diretas se amplia e, ao fim de um longo processo, chegamos , ainda através de uma eleição indireta, com a chamada transição por cima, à Nova República de Tancredo e Sarney. Buscaremos, assim, analisar o comportamento da economia no período 1974/1984, privilegiando as repercussões e interações do econômico com o político, sem partir do princípio de uma sobre-determinação dada por antecipação.

A crise do milagre

O fim do milagre econômico não significou uma recessão como ocorreu nesse momento nos países desenvolvidos. Aqui, apesar da grande dispersão na variação anual do PIB, o país manterá um crescimento médio de 8,3% a.a. no período 1973/76, de 6,2% entre 1976/80 e de 7,1% a.a. no período 1973/80, taxa exatamente igual ao crescimento médio do PIB brasileiro de 1947 a 1980 (SERRA, 1982).

Mais uma vez as explicações para essa inflexão no ritmo de crescimento serão diversas. Uns, especialmente aqueles vinculados ao governo e/ou às teorias econômicas ortodoxas, associam esse quadro aos problemas criados na economia mundial pelo choque do petróleo de 1973. Outros, enxergarão na desarticulação das políticas eco-

nômicas governamental em resposta à turbulência mundial a causa amplificadora da crise, invertendo exatamente a relação causal: é a crise mesma que provoca essa desarticulação.

Para SERRA (1982) a inflexão cíclica a partir de 1974 é "determinada fundamentalmente pela aceleração da inflação e seus efeitos sobre os salários e a política de crédito". Esta aceleração da inflação deveu-se à desproporção inter e intra-setoriais do crescimento, ou seja, pelo atraso no crescimento do setor de bens de produção, relativamente aos outros setores industriais.

SINGER (1982) e, especialmente, OLIVEIRA (1977 b), vêem nessa desproporção entre o crescimento do Departamento produtor de bens de produção (D I) e do Departamento produtor de bens de consumo duráveis (D III) o principal fator dessa desaceleração do crescimento. Para SINGER, a partir de 1973; "o desenvolvimento das forças produtivas começou a se chocar com uma série de barreiras 'físicas': o sistema de transporte passou a não dar mais vazão a volumes acrescidos de mercadorias (mormente em época de safra); numerosas matérias-primas (desde papel até aço) e insumos acabados (desde material de embalagem até fertilizantes) passaram a escassear tanto no mercado interno quanto no externo... A aceleração do ritmo inflacionário, que se registra a partir daquele ano, apesar de toda a rigidez do sistema de controle de preços, foi o resultado da contradição entre o impulso cada vez mais poderoso para acumular e as limitadas disponibilidades reais para fazê-lo." (SINGER, 1982, p.117).

Aqui vemos que SINGER aplica para a análise desse período o diagnóstico desenvolvido nos anos 60, quando explicita sua visão geral sobre as crises capitalistas: "A possibilidade das crises no capitalismo é dada pela 'anarquia da produção'... Desta maneira, o crescimento da produção tende a acelerar-se até que sejam encontradas as barreiras físicas à expansão, contra as quais o impulso a acumular se choca, o que ocasiona a crise, a partir da qual os indicadores do mercado invertem seu sentido, levando ao decréscimo da acumulação, o que produz a depressão ou, quando moderada, a recessão." (SINGER, 1982: 126)

FRANCISCO de OLIVEIRA (1977 b) também localiza nessa desproporcionalidade o principal fator da desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Mas aqui o autor faz uma qualificação

de importancia fundamental: em um processo de industrialização liderado pelo capital estrangeiro, através de investimentos diretos e financiamentos, mas com a produção voltada para o mercado interno, tendem a ocorrer sérios problemas de circulação internacional de capitais, na insuficiência de geração de meios de pagamentos que possibilitem a efetivação dessa mesma circulação. Essa industrialização liderada pelo D III (bens duráveis) leva à atrofia relativa do D I (bens de produção), que esta localizado parcialmente no exterior e para onde serão desviados os estímulos desse crescimento do D III, exatamente como mostra o intenso crescimento das importações de bens de produção nos anos do 'milagre': a participação das importações na oferta de bens de capital passa de 27,17% em 1967 para 37,47% em 1975. Isto pressionará a balança comercial, que somado às necessidades crescentes da conta de serviços devido à remessa de lucros, despesas com licenças, etc., e especialmente, ao pagamento do serviço da dívida externa, repõe de forma ampliada as tradicionais crises do balanço de pagamentos, que desaguará na crise das dívidas nos anos 80: "O padrão de acumulação baseado na predominância do D III entrou em agonia, não por nenhum esgotamento do mercado ou outros argumentos do mesmo jaez; entrou em agonia bloqueado pela intensidade de requerimentos do D I que a própria expansão estimulou. E este esgotamento se dá principalmente pela contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do capital do D III, que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital" (OLIVEIRA, 1977b: 107).

Por outro lado é interessante assinalar que no célebre artigo *Crítica à Razão Dualista*, publicado em 1972, o autor já trata da chamada "dessubstituição de importações" de bens de capital como elemento potencialmente causador de crise, e ao mesmo tempo se refere explicitamente à instabilidade potencial da sobre-acumulação existente naqueles anos milagrosos para a economia brasileira, quando a poupança crescente não encontra oportunidades de inversão real, conforme análise clássica desenvolvida por DOBB (1978). Na parte final deste mesmo artigo, o autor, ao discutir as perspectivas da continuidade da expansão capitalista no BRASIL, introduz a questão do

mercado, tendo em vista o agravamento do processo de concentração de renda no país.

MANTEGA (1980) critica as várias visões que associam a crise pós-milagre à desproporcionalidade departamental, consubstanciada na atrofia relativa do D I , bem como as várias análises de corte sub-consumista: "A nova fase recessiva será explicada menos como o fruto de uma desconexão entre vários setores produtivos (anarquia da produção) ou ainda como uma deficiência do mercado consumidor, mas sim pelos mecanismos estabelecidos pelos monopólios internacionais, mancomunados com capitais locais e o ESTADO, para a expropriação crescente do excedente nacional." (MANTEGA, 1980: 52). Aqui, devemos ressaltar a proximidade desta análise com a de OLIVEIRA (1977b), centrada na 'dependência' financeira do país com relação ao capital internacional:

Uma das visões consideradas por MANTEGA (1980) e por MANTEGA & MORAES (1980) como sub-consumista é a interpretação sobre a economia brasileira apresentada pelos autores vinculados à UNICAMP e ao IEL da UFRJ: TAVARES & BELLUZZO (1978), SERRA (1982) e LESSA (1978), por exemplo, insistem em que se a desproporcionalidade traz problemas para a economia, ela em si não é um empecilho à continuidade do crescimento, pois apesar do aumento das importações de bens de produção, não houve dificuldades para o financiamento dessas importações nesse período. Para esta linha interpretativa da economia brasileira, o caráter cíclico da acumulação é dado por esta desproporcionalidade, tão somente na medida em que o D I não é amplo o suficiente para permitir a continuidade do crescimento centrado nele próprio (produzir aço, para construir máquinas e equipamentos, para produzir aço..., num esquema auto-reprodutivo à la TUGAN-BARANOVSKI), enquanto os setores de bens de consumo duráveis e não-duráveis são relativamente limitados. Segundo TAVARES & BELLUZZO (1978) o setor de bens duráveis apresenta-se sobre-acumulado no período 1970/73 (taxa de acumulação de 35% em 1973 !), e o setor de bens de consumo não duráveis além das suas limitações devido à contenção dos salários, não apresenta condições de alavancar a produção de bens de produção exatamente pelo seu caráter de subordinação estrutural. Essa incompatibilidade entre as taxas de acumulação e de crescimento da

demanda de bens duráveis de consumo vai provocar o que MELLO & BELLUZZO (1977) chamam de problemas de realização dinâmica.

Constata-se, entretanto, que quase todos os autores que analisam a crise, inclusive os que utilizam as categorias marxistas, não consideram a variável taxa de lucro em sua análise, como nos recomendam os bons e velhos clássicos. A taxa de lucro até pode surgir, *en passant* , reforçando uma argumentação ou outra, mas nunca como a categoria central de análise. Cabe ressaltar as exceções constituídas pelas análises de MANTEGA (1980) e de MORAES (1980), que procuram entender as crises a partir exatamente do comportamento da taxa de lucro. Neste sentido, é até surpreendente que um autor assumidamente eclético como BRESSER PEREIRA normalmente dê grande importância a esta categoria em suas análises. Por outro lado, mesmo os neoclássicos e keynesianos tem dado pouca importância ao tema, conforme nos revela a existência de tão poucos trabalhos sobre esta questão fundamental. Um dos poucos trabalhos que tratam da questão no período é o de BONELLI & GUIMARÃES, no qual é analisada a evolução das taxas de lucro nos setores industriais no BRASIL no período 1973/79 (BONELLI & GUIMARÃES, 1981). Normalmente, os trabalhos desenvolvidos em Economia Industrial, em torno da variável taxa de lucro, usam a metodologia da 'cross-section', buscando unicamente identificar diferenciais de taxas de lucro em função das estruturas de mercado.

Com relação à desproporcionalidade, devemos registrar que o governo GEISEL, ao elaborar o II PND, apresentará um diagnóstico e um conjunto de propostas voltadas para a manutenção do crescimento econômico em que reconhecemos muitos dos aspectos apontados pelas análises baseadas na desproporcionalidade, como veremos na seção seguinte.

O II PND e o "Razza" burguês

Em 1974, em plena crise econômica mundial, o governo GEISEL anuncia o II PND (1975/1979), buscando a superação da crise do petróleo e do próprio subdesenvolvimento (LESSA, 1978). Além do compromisso com a manutenção do ritmo de crescimento do 'milagre econômico', há um claro redirecionamento do padrão de acumulação, agora centrado no D I , com o ESTADO atuando

direta e indiretamente no sentido de superar a atrofia relativa desse departamento, com o desenvolvimento dos setores de bens de capital, petroquímica, energia e transporte, entre outros setores prioritários (CASTRO, 1985). É extremamente interessante resgatar as palavras de FRANCISCO DE OLIVEIRA, em trabalho de 1977, ao analisar a chamada crise pós-milagre econômico: "Abre-se, sem dúvida, um ciclo novo de expansão da economia nacional, cuja liderança só muito remotamente não caberá ao DI..."(OLIVEIRA,1977:108).

Nesse momento de desaceleração econômica mundial, as tentativas governamentais em atrair investimentos estrangeiros para estes grandes projetos revelam-se inócuas. Mesmo as 'joint-ventures' entre o governo e capitais estrangeiros, especialmente japoneses, não saem do papel. As multinacionais já operando no país assumirão uma atitude de expectativa com relação a novos investimentos, aguardando, inclusive, o desenrolar da crise que esta atingindo duramente seus países de origem. Isto implicará que serão mais uma vez as empresas estatais, agora coadjuvadas por grandes empresas privadas nacionais, os vetores dessa autarcização pretendida para o setor de bens de produção. Objetivamente, o BNDE e suas novas subsidiárias vão financiar grandes projetos de expansão de empresas nacionais do setor de bens de capital, como a VILLARES e a BARDELLA, que terão no governo e nas empresas estatais o principal, quando não o único, fator de demanda, determinando assim uma ligação umbilical entre este setor e o ESTADO (MANTEGA&MORAES,1980).

O período inicial de implantação do II PND é analisado por CARLOS LESSA em sua tese de livre-docência "A Estratégia de Desenvolvimento 1974-76. Sonho e Fracasso", defendida em 1978. Nesse trabalho o autor busca demonstrar a impossibilidade da implantação do II PND, um verdadeiro projeto de NAÇÃO-POTÊNCIA, não apoiado pelas bases sociais de sustentação do regime militar, em uma conjuntura econômica interna e externa totalmente desfavorável a este salto qualitativo da economia brasileira.

Não vamos aqui enfrentar a questão da racionalidade econômica do II PND, tarefa já brilhantemente desenvolvida por CASTRO (1985), que demonstrou como os objetivos desse plano foram implementados em um prazo bem maior que o originalmente previsto (1975/1979). Uma crítica

direta a esta posição de CASTRO encontra-se em GOLDENSTEIN (1994). Segundo CASTRO, a transformação estrutural da economia brasileira, proposta no II PND, levará às últimas consequências o processo de substituição de importações no setor de bens de produção. O resultado será uma estrutura industrial articulada, com o fechamento da matriz de relações interindustriais, e um parque manufatureiro que não se enquadra mais como subdesenvolvido. Estas transformações estruturais é que vão produzir os mega-superávits da balança comercial a partir de 1983, revertendo os déficits originados em 1973/74. A sabedoria econômica ortodoxa creditou esses superávits à recessão delfiniana do período 1981/83, sem explicar sua permanência com a retomada do crescimento. Sobre o trabalho de CASTRO devemos ressaltar que vários autores que inicialmente concordaram com suas posições, posteriormente, no contexto de uma nova reafirmação neoliberal, vieram a criticá-lo, na medida em que passaram a condenar a tentativa de autarcização representada pelo II PND. Como exemplo paradigmático desta posição ver BRESSER PEREIRA (1992).

Para os objetivos deste trabalho, o fundamental em relação ao II PND será a análise da base social com que o ESTADO brasileiro procura implantar o seu projeto de BRASIL-POTÊNCIA. A abordagem de LESSA (1978) é a pioneira e uma das mais estimulantes para o enfrentamento dessa questão. Para isso, LESSA trabalha com o conceito de "pactos", isto é, de como se articulam em termos de estrutura econômica as diversas frações do capital e de como estes "pactos" se relacionam com o ESTADO, não definindo mecanicamente suas ações, mas impondo limites para essa ação estatal (LESSA:144-5). Enfim, a análise busca apreender como se articulam na estrutura industrial os interesses das várias frações de capital, bem como suas ligações estruturais com os investimentos públicos, especialmente das empresas estatais, e o conseqüentemente posicionamento político das várias frações de classe, conforme estas relações são objetivamente afetadas pelo II PND.

Antes de prosseguirmos cabe uma advertência quanto à complexidade teórica dessa abordagem de LESSA, conforme já apontado por VELASCO E CRUZ (1980:116-8). LESSA trabalha categorias e conceitos como pactos, frações de capital e de classe e a própria categoria ESTADO, sem cuidados

metodológicos explícitos. É evidente que o autor, deliberadamente, não se propõe o enfrentamento destas questões teóricas, mas, busca, sim, que elas tenham um caráter diretamente instrumental. Já em outros trabalhos esta preocupação é explícita: sobre questões teóricas relativas ao ESTADO, por exemplo, podemos consultar (LESSA&DAIN,1982). Estas categorias são extremamente importantes e requerem uma discussão com bastante rigor teórico-metodológico. Isto é devidamente tratado em uma obra mais ampla que estamos desenvolvendo sobre as crises econômicas capitalistas e a teoria francesa da regulação.

A abordagem de LESSA, dizíamos então, é pioneira e se diferencia sobremaneira da abordagem da grande imprensa e da maior parte da produção acadêmica que se refere aos atores sociais ou, objetivamente, às classes sociais e seus representantes, apenas como "empresários" ou "lideranças empresariais", desconsiderando todo o significado político de seus posicionamentos. A tentativa empreendida por LESSA, considerando as classes sociais e as frações de capital, não se limita, portanto, às análises impressionistas, que descrevem a superfície e se limitam às aparências.

LESSA identifica dois grandes pactos. Um engloba os interesses da grande engenharia nacional e estrangeira, que tem no investimento público um importante fator de demanda. Outro grande pacto é o que solda frações do grande capital mercantil e financeiro, via indústria da construção civil. Estes pactos estão estruturalmente relacionados, e seu relacionamento com o ESTADO ocorre através da negociação feita pela grande engenharia nacional e pela indústria da construção civil, conforme pode ser verificado após o golpe militar de 1964, ou após o fim do milagre econômico, em 1974, quando os investimentos públicos vão ser canalizados exatamente para os setores em que atuam estes capitais, apesar do discurso governamental de cortes nos investimentos, no primeiro caso, e de redirecionamento dos investimentos, em 1974.

Como mostra LESSA, o posicionamento político da grande indústria de bens de capital irá se alterar na medida em que o acirramento da crise econômica mundial impossibilita a continuidade dos investimentos previstos no II PND. É a impossibilidade da efetivação da via prussiana, conforme FIORI (1990), que levará a "íngnata" burguesia do

setor de bens de produção a assumir cada vez mais clara e firmemente a oposição a um regime militar que lhe acenou com um grande projeto político e econômico, em que desempenharia um papel fundamental. Esta burguesia que sobreacumulou e se endividou estimulada pelo ESTADO, começa a se dar conta, já em 1976, que as idas e vindas do governo GEISEL, que recorre cada vez mais a financiamentos externos para a compra de bens de capital no exterior (os "suppliers credits"), não garantirá o retorno de seus pesados investimentos (LESSA,1978, cap. 2, seção 5.1). Além disso, para LESSA, a política econômica, bem como os investimentos do ESTADO e das empresas estatais, não consegue alterar a fase de reversão cíclica da economia, após o sobre-investimento ocorrido no período do milagre, conforme a análise de M. C. TAVARES em *Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*.

LESSA analisa, também, os setores não-prioritários do II PND, privilegiando a indústria automobilística e a construção civil. Com relação à indústria automobilística o autor chama a atenção para a ameaça potencial que representa o discurso oficial de buscar enquadrar sua produção às especificidades do país, ou seja, menos modelos, menos sofisticação, preços menores, etc. Apesar do discurso, concretamente muito pouco será feito nessa direção, a não ser posteriormente, quando outro choque do petróleo e o agravamento da questão da dívida externa, resultará no PRÓ-ÁLCOOL, que terá a adesão da indústria automobilística tão somente na medida em que será assegurada a rentabilidade do setor, com toda uma política de incentivos à produção e ao consumo dos modelos a álcool.

Além disso, com relação ao capital estrangeiro em geral, que não atuava nos setores considerados prioritários pelo II PND, é feito o convite para que invista nesses setores, mas em uma posição de subordinação à empresa nacional, coerentemente com o objetivo de fortalecer a grande indústria nacional, reconhecidamente a parte mais fraca do tripé. Evidentemente que o convite não é aceito, se mais não fosse pelo fato de o sistema financeiro permitir altíssimos retornos aos investimentos de capitais excedentes, constituindo-se, nas palavras de LESSA, um novo e requintado banquete para os setores que até há pouco locupletavam-se no banquete do milagre econômico. Em outras

palavras, trata-se já da ciranda financeira, que será a destinação segura e rentável dos capitais excedentes.

Com relação à construção civil, teremos um quadro parecido: um discurso conclamando a indústria a voltar-se para as construções populares, sem medidas efetivas, especialmente do BNH, órgão governamental de gestão e financiamento do SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, com prerrogativas concretas de intervenção.

Desta forma, LESSA nos mostra como já durante o início da implantação do II PND as várias frações do capital, incluído-se mesmo as direta e potencialmente beneficiadas pelo plano, vão acumulando uma maior ou menor insatisfação em relação ao autoritarismo do regime militar. Assim, a campanha contra a estatização, iniciada por parcela da imprensa liberal, especialmente o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO e a revista VISÃO, vai paulatinamente encontrando as bases objetivas de sustentação de classe que inicialmente lhe faltavam (CASTRO, 1985). Conforme a reiteração de TAVARES&BELLUZZO (1982) a LESSA, o ESTADO além de não contar com o apoio popular para o seu projeto político, vai contar dentro das classes dominantes "com um setor restrito da grande empresa internacional (os setores cartelizados de bens de equipamentos pesados), de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficam fora do pacto todos os demais setores empresariais a quem a demanda da indústria pesada não favorece. Dai a grita contra a estatização" (TAVARES&BELLUZZO, 1982:133).

É neste sentido que FIORI (1990) analisa o governo GEISEL como mais uma tentativa frustrada de desenvolvimento da via prussiana no país, depois das duas tentativas anteriores de VARGAS. Para o autor, as elites empresariais mais uma vez se negaram ao envolvimento com uma via autenticamente prussiana na industrialização do país, isto é, o desenvolvimento do setor de bens de produção sob a égide do ESTADO. Este seria o significado da campanha contra a estatização que se inicia em 1974, e que a partir de 1976 teria o apoio da própria burguesia nacional do setor de bens de capital, que seria a classe privilegiada desse projeto nacional. Embora esta também seja outra questão complexa, que deveria merecer uma análise mais demorada e ser devidamente quali-

ficada, nos cabe neste momento apenas registrar a riqueza da abordagem de FIORI.

Fica claro que, em maior ou menor grau, quase todos os autores que analisaram o início do processo de transição política vêem na desaceleração econômica que se segue ao milagre um elemento importante a ser considerado para o entendimento da nova posição política da burguesia industrial. Mas enquanto autores como LAMOUNIER (1980,1994) e CARDOSO (1983) relativizam a importância desse novo posicionamento, autores como BRESSER PEREIRA (1978,1985) e PRESTES MOTTA (1979) consideram-no fundamental para o processo de redemocratização, interpretando este novo posicionamento, que vai se gestando a partir de 1974, como a ruptura da aliança política e do tripé econômico que sustentava a ditadura militar. Para estes autores esta ruptura significa a busca da reafirmação da hegemonia política burguesa. Nas palavras de BRESSER PEREIRA (1985: 114): "Em uma economia capitalista, a redução da taxa de lucro na desaceleração cíclica é um fenômeno normal. No caso da economia brasileira, entretanto, o fato de se tratar de uma economia fortemente estatizada, na qual a influência do ESTADO na repartição do excedente é muito grande, dava ao fenômeno uma imediata conotação política". Segundo BRESSER PEREIRA, afastada a ameaça de desestabilização política de esquerda, a burguesia já não via mais razões em ficar submetida às injunções autoritárias do ESTADO, especialmente da burocracia das empresas estatais, por ele denominada de tecnoburocracia, em um momento de diminuição ou de ameaças à manutenção das taxas de lucro.

Este é o sentido preciso da manifestação de CLÁUDIO BARDELLA, por ocasião do I CONGRESSO NACIONAL DE BANCOS DE INVESTIMENTOS: "A dificuldade da capitalização da empresa nacional continua intimamente ligada à rentabilidade e ao alto custo do dinheiro. Nenhum artifício, e eu chamo estas medidas de artificiais, criado pelo governo vai resolver a questão. Nosso problema é o lucro" (REVISTA EXAME, 26-05-1976, apud LESSA, 1978:139). FRANCISCO DE OLIVEIRA ao tratar desta questão com uma argumentação mais elaborada, demonstra a impossibilidade do regime militar em resolver as crises cíclicas próprias de qualquer economia capitalista na ausência de instituições mediatizadoras da democracia burguesa. Neste

sentido "o regime é, politicamente, de uma instabilidade quase inerente" OLIVEIRA (1977b:121-2).

PRESTES MOTTA em *EMPRESÁRIOS E HEGEMONIA POLÍTICA* (1978) analisa com detalhes essa mudança de posição dos empresários em relação ao regime militar, reivindicando exatamente o fortalecimento daquelas instituições mediatizadoras. A explicitação da nova postura política desses empresários esta consubstanciada no chamado "PRIMEIRO DOCUMENTO DOS EMPRESÁRIOS", divulgado em 26-06-1978 por oito dos dez líderes empresariais escolhidos através de consulta promovida pelo jornal *GAZETA MERCANTIL* entre os seus leitores. O documento é assinado por CLÁUDIO BARDELLA, ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) e diretor-presidente do Grupo Bardella; SEVERO GOMES, ex-ministro da Indústria e Comércio e diretor-presidente do Grupo Parahyba; JOSÉ MINDLIN, diretor da FIESP e diretor-presidente da Metal Leve; ANTÔNIO ERMIRIO DE MORAES, diretor-presidente do Grupo Votorantim; PAULO VILLARES, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e principal diretor do Grupo Villares; PAULO VELLINHO, diretor da Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos (ABINEE), vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e principal diretor do Grupo Springer-Admiral; LERTE SETUBAL FILHO, diretor-presidente do Grupo Duratex, um dos braços industriais do BANCO ITAÚ; e JORGE GERDAU JOHANPETER, principal diretor do Grupo Gerdau. Dos dez líderes escolhidos não participaram das discussões e não assinaram o documento os empresários AZEVEDO ANTUNES (Grupo Icomi) e AMADOR AGUIAR (BRADESCO). Neste documento pioneiro os empresários defendem a democracia, tratam da questão social e condenam a especulação financeira (PRESTES MOTTA, 1978:125-6). Neste trabalho o autor, além de tratar da formação e consolidação da burguesia industrial brasileira desde o séc. XIX, apresenta um histórico dos principais grupos industriais do país. Serão exatamente os proprietários destes grupos as principais 'lideranças empresariais' que explicitarão as divergências entre a burguesia industrial e o governo militar. Para MOTTA estas manifestações do empresariado significam a retomada do projeto de hegemonia burguesa no país, dispensando a

intermediação quer dos militares, quer da burocracia estatal.

Assim, após 1974, os setores mais representativos do grande capital irão paulatinamente e de forma cada vez mais clara se posicionar contra o regime militar. Este I DOCUMENTO DOS EMPRESÁRIOS pelo seu peso e representatividade inclui definitivamente quase todas as frações do grande capital industrial no amplo leque da sociedade civil que se posiciona pela redemocratização. A abrangência desse arco de alianças guarda, ironicamente, certa analogia com o amplo arco de alianças que apoiou o golpe militar de 1964, e que foi fundamental para a própria deflagração do movimento golpista e para seu sucesso sem praticamente nenhuma resistência mais efetiva, conforme VELASCO E CRUZ&MARTINS (1983). Na verdade, enquanto que em 1964 os trabalhadores e demais setores populares estavam em oposição aberta aos setores capitalistas, em 1978, com a incorporação explícita dos empresários ao amplo movimento pela redemocratização, teremos um arco de alianças pelo fim do regime militar muito mais amplo do que aquele que apoiou sua implantação. Evidentemente, são óbvias as diferentes motivações oposicionistas das diversas classes sociais, bem como são distintos seus projetos políticos de longo prazo, cabendo esta advertência na impossibilidade do aprofundamento da questão.

LAMOUNIER&MOURA (1984) consideram que as várias manifestações do empresariado não atingiram, até 1983, os seus objetivos de mudar a política econômica, concluindo, portanto, pela pouca eficácia desse posicionamento não só para influir sobre a política econômica em si, mas, e principalmente, por uma desconsideração quase total do papel dessas manifestações para o avanço do processo de redemocratização. Isto significa desconsiderar o papel dos empresários já no processo de preparação do golpe de 64 e, principalmente, nos momentos mais cruciais do regime militar, como no início da contestação armada, ou no auge do milagre econômico. Cabe mais uma vez a clássica indagação: Qual era o chão social desse regime? Quais suas bases reais de sustentação? A quem ele interessava? Sem responder a estas questões só nos restam as velhas teorias conspiratórias, que localizam abstratamente nos "militares" o único depositário de uma vontade ou de um projeto nacional. Pois mesmo considerando-se

a possibilidade concreta de intervenções de corte "bonapartistas", com todas as aspas que a lembrança exige, é muito difícil admitirmos a permanência por um longo tempo de regimes ditatoriais sem nenhuma, ou praticamente nenhuma, base de sustentação. Senão vejamos: se os militares não contavam com o apoio dos trabalhadores e de parte da classe média, num primeiro momento, e de quase sua totalidade, com o fim do milagre; se, paulatinamente, a IGREJA CATÓLICA vai assumindo vários níveis de oposição, assim como as mais representativas e atuantes entidades da sociedade civil, como OAB, ABL, etc.; se, por último, mas não menos importante, finalmente os grandes empresários, isto é, o grande capital, também passam para a oposição, acabamos por encontrar o regime literalmente suspenso no ar. Neste sentido, é importante registrarmos a posição de VELASCO E CRUZ (1995). Este autor desconsidera totalmente a influência da crise econômica e da posição política da burguesia na deflagração do processo de distensão pelo governo GEISEL, mas reconhece o importante papel desempenhado pela oposição burguesa para o alargamento desse processo, transformando a "distensão" em "abertura democrática". Para VELASCO E CRUZ os empresários aproveitam-se do início da distensão para começar a manifestar seu desacordo com a política econômica e, com isso, vão se juntar ao amplo conjunto de forças políticas que lutavam pela abertura democrática, alterando assim o cálculo político dos articuladores da distensão, conforme a teorização de O'DONNELL & SCHMITTER sobre as transições dos regimes autoritários. É claro que cabem a VELASCO E CRUZ as mesmas questões relativas ao chão social em que se apoia as propostas ou projetos militares, especialmente quanto a gênese da distensão, mas é difícil discordar da sua avaliação quanto ao papel da oposição burguesa no alargamento da distensão.

BRESSER PEREIRA (1985:110-1), ao contrário, vai ainda mais longe em sua argumentação relativamente à nova postura pró-democratização da grande burguesia industrial. Para este autor, "quem é intrinsecamente autoritária é a fração mercantil (especulativa e latifundiária) da burguesia brasileira, que sempre dependeu dos mecanismos da acumulação primitiva para se apropriar do excedente econômico. Essa burguesia mercantil, que

ainda domina muitos estados do NORDESTE e do CENTRO-OESTE brasileiro, é e sempre foi autoritária, porque precisa de um ESTADO forte para acumular". Já a burguesia industrial não é necessariamente autoritária porque seu mecanismo básico de apropriação do excedente é a mais-valia. É este processo, via mercado, através da forma clássica da troca de equivalentes, "que permitiu que as sociedades capitalistas centrais se democratizassem no séc. XIX. É esse mesmo processo que permite que um país em um avançado processo de industrialização como o BRASIL, também tenha uma burguesia industrial não necessariamente comprometida com o autoritarismo" (BRESSER PEREIRA, 1985:111).

Enfim, para BRESSER, embora a burguesia se una e se torne autoritária quando gravemente ameaçada, normalmente é democrática, na medida em que a alternativa de poder político entre as várias frações do capital, e até mesmo quando sobe ao poder um partido de esquerda, não coloca em risco sua hegemonia ideológica e o caráter dominante da classe burguesa. É evidente a complexidade das questões abordadas por BRESSER, que nos remetem, até, ao debate político dos anos 60 e 70, exatamente sobre essa possibilidade de regimes democráticos nos países subdesenvolvidos. E a retomada deste debate não estaria fora de hora e lugar, na medida em que praticamente as mesmas questões que levaram às ditaduras naqueles anos, apareceriam, hoje, como limites e entraves ao processo de consolidação democrática no país, ou para o fato de que, ainda hoje no BRASIL a questão social é um caso de polícia.

Para SALAMA (1988) a desigualdade na distribuição de renda e a crise financeira dos ESTADOS, bem como as grandes dificuldades de resolvê-las constituem fatores desestabilizantes e uma ameaça para a democracia. "Inversamente, o crescimento da legitimidade mercantil e da legitimidade estatal, a percepção do fracasso econômico dos regimes militares e de seu terrorismo social, reforçam as chances da democracia tanto em nível estrutural quanto no nível conjuntural" (SALAMA, 1988:86). A análise, longe de ser conclusiva, realça a riqueza de um processo dialético que, infelizmente, não garante a manutenção dos regimes democráticos e, muito menos, o aprofundamento dessa democracia. Embora não seja nosso objetivo a análise da

atual evolução política do BRASIL e dos países que ainda vivenciam processos de redemocratização, as tensões e fricções destes processos validam mais a abordagem aberta de SALAMA que a abordagem abstrata de BRESSER PEREIRA e suas considerações sobre as veleidades democráticas do empresariado industrial brasileiro. Isto nos obriga a uma breve retomada do debate desenvolvido já há algumas décadas.

A questão da correlação entre democracia e desenvolvimento, discutida por WEFORT (1994) e por SALAMA (1988), ou dos limites da democracia nos países subdesenvolvidos, evidentemente que não é nova. Particularmente nos anos 60 e 70 foi uma das questões políticas centrais nos países governados ditatorialmente, especialmente na AMÉRICA LATINA. No BRASIL participaram desse debate autores como GUNDER FRANK (1970,1971,1980), CELSO FURTADO (1968,1974), RUI MAURO MARINI (1969,1973), THEOTÔNIO DOS SANTOS (1967,1970,1973) e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1970,1971,1980). Uma excelente reconstituição deste debate encontra-se em MANTEGA (1984: 210-283). Mais recentemente LÍDIA GOLDENSTEIN (1994) também retoma a questão.

Esquemáticamente podemos dividir estes autores em duas grandes linhas analíticas. Uma defendia que o desenvolvimento capitalista em países como o BRASIL implicava, obrigatoriamente, em ditaduras militares, única forma de garantir a super-exploração dos trabalhadores, imposta, em última instância, pelo imperialismo. Esta é a posição desenvolvida por GUNDER FRANK, SANTOS e MARINI. CELSO FURTADO, apesar de não se vincular diretamente a esta vertente, é bastante claro quanto a inviabilidade do capitalismo no BRASIL, especialmente em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (MANTEGA, 1980). O outro grande bloco de autores e posições é formado pelos que admitiam a possibilidade do desenvolvimento capitalista no país, apesar da dependência em relação aos países capitalistas hegemônicos, da grande desigualdade social, etc. Este debate se inicia com o ciclo recessivo que a economia brasileira atravessa a partir de 1962 e vai se ampliar com o acirramento da luta política que desemboca no golpe militar de 64. Após o "endurecimento" do regime militar em 1968, e com o início do "milagre econômico", a discussão passa a ter ainda maior importância, pois percebe-se que

os militares estão cada vez mais distantes dos discursos que falavam em uma intervenção cirúrgica transitória.

Os defensores da posição que apontava a viabilidade do desenvolvimento capitalista no país, especialmente os autores ligados à teoria da dependência, usaram o milagre econômico como o trunfo histórico que validava suas posições. Ainda mais que, já no final de 1967, aparecem os primeiros sinais do início de um novo ciclo econômico ascendente, enquanto vários autores, como FURTADO, continuavam apontando a inviabilidade desse crescimento ainda em 1968 e anos posteriores. Novamente cabe a advertência de que a questão é ainda mais complexa do que isso, como bem lembra GOLDENSTEIN, na medida em que a história também mostra que este milagre vai ocorrer em uma conjuntura específica de extraordinário crescimento mundial dos fluxos comercial e financeiro. Igualmente, não será por coincidência, que a "crise" do milagre começa em 1974, ano em que as principais economias capitalistas passam a enfrentar o agravamento de uma crise econômica, que com vários desdobramentos, resultou nas transformações das economias desenvolvidas nestes últimos anos. E se a história mostrou que a retomada do crescimento era possível no BRASIL, diferenciando, assim, o caso brasileiro das outras ditaduras latino-americanas, mostrou também a forma extremamente perversa que tomou esta retomada. O reconhecimento de que o milagre econômico resultou do aumento da mais-valia absoluta e relativa extraída dos trabalhadores, aumentando as taxas de lucro e impulsionando o processo de acumulação não obriga, contudo, à concordância com as teorias da super-exploração imperialista. FERNANDO FAJNZYLBER, por exemplo, que não está situado no mesmo campo dos autores da super-exploração capitalista, desenvolveu o conceito de "competitividade espúria" ao analisar a competitividade da produção industrial latino-americana no comércio internacional. Segundo FAJNZYLBER esta competitividade é "espúria" pois baseada no arrocho salarial e na hoje chamada "dívida social", além dos subsídios fiscais, cambiais e creditícios (FAJNZYLBER, 1983,1976,1992). Diante do conceito de competitividade espúria, é quase impossível não lembrarmos da atual argumentação de vários países desenvolvidos contra a chamada concorrência

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

desleal dos produtos manufaturados em países que praticam o chamado "dumping social", que pode ser claramente exemplificado com os exíguos salários chineses ou por um salário mínimo de R\$ 100,00.

Conclusão

A análise da relação entre a crise econômica pós-milagre e o processo de abertura política iniciada no BRASIL em 1974, nos obriga a tratar de um período bem mais amplo da formação social brasileira, na medida em que devemos discutir, entre outras questões, a própria relação ESTADO-economia no país, bem como o padrão de financiamento dessa economia, cuja origem podemos localizar já na década de 30. Diante disso privilegiamos a abordagem dos autores que discutem a questão da democracia burguesa enquanto possibilidade de uma legitimação estatal e mercantil, numa interação dialética entre classes dominantes e classes subalternas. Isto não deve implicar em uma leitura reducionista e economicista, que associa mecanicamente desenvolvimento com democracia, e subdesenvolvimento com ditaduras mais ou menos abertas. Mas nos obriga, sim, a considerar os determinantes e os condicionantes históricos concretos dos processos de consolidação das democracias burguesas, normalmente tomadas como modelos ou paradigmas pelos cientistas políticos, e pelos próprios atores políticos. Neste sentido, os autores que analisamos, quase sempre desenvolvem sua análise econômica com uma articulação bastante grande com o político.

Isto que nos levou a explorar os aspectos fundamentais das várias teorizações sobre as crises econômicas brasileiras, para avançar no enten-

dimento do processo de transição política: se o econômico sozinho não esgota a totalidade social, também não podemos esperar a construção dessa totalidade negligenciando o econômico. Apoiados nessas considerações é que entendemos ter demonstrado a importância da crise econômica, bem como do conseqüente acirramento da disputa inter-capitalista entre os vários setores da burguesia, para o progressivo distanciamento da maior parte da grande burguesia industrial com relação ao regime militar. A ruptura dessa aliança com as classes em nome das quais os militares teoricamente exerciam o poder, deixará o governo militar literalmente suspenso no ar, praticamente apoiado por si próprio. Nesta situação, a força da gravidade democrática, exponenciada pelos cada vez mais amplos movimentos populares, certamente haveria de se manifestar.

A questão das possibilidades e dos limites da democracia em países como o BRASIL; ou da passagem de uma democracia delegativa para uma democracia participativa, recoloca no centro da análise a problemática da subsunção formal x subsunção real, tratada em última instância pelos autores já citados anteriormente, mesmo quando isto não é explicitado, ou mesmo quando não sejam categorias trabalhadas conceitualmente por esses autores. É nesta perspectiva que concluímos estas observações, insistindo na necessidade do avanço na distribuição equitativa da riqueza produzida, articulando assim as questões formais da democracia com a efetiva garantia dos direitos sociais básicos, como condição fundamental para a consolidação democrática no país.

Bibliografia

ABREU, M. de P. *A ordem do progresso - cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no BRASIL (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.

BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, R. (org.) *Desenvolvimento capitalista no Brasil nos 1 e 2*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BONELLI, R. & GUIMARÃES, E. "Taxas de lucro de setores industriais no Brasil: uma nota sobre sua evolução no período 1973-79." *Estudos Econômicos*, 11 (3): 93-114, 1981.

CAMPOS, R. & SIMONSEN, M. H. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, DIFEL, 1972.

_____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro,

Paz&Terra, 1975.

_____. "Os impasses do regime autoritário e o caso brasileiro" in *Estudos CEBRAP* 26, 1980.

_____. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

_____. & SERRA, J. "As desventuras da dialética da dependência" in *Estudos CEBRAP* 23, 1979.

CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. Espanha, Siglo Vientiuno, 1977 a

_____. "Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas", in *O Estado em crise*, dir. de Nicos Poulantzas. Rio de Janeiro, Graal, 1977 b.

_____. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. R. de Janeiro, Paz&Terra, 1979.

_____. *La crisis economica mundial y el capitalismo*

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

- americano. Barcelona, Editorial Laia, 1978.
- CASTRO, A.B. & SOUZA, F.E.P. de A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1985.
- COLLETTI, L. (org.) El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo, 3a ed., México, Siglo Veintiuno, 1985.
- CRUZ, S. C. V. e. Empresário e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977). Campinas, Ed. UNICAMP/FAPESP.
- _____, & MARTINS, C. E. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história" in SORJ & ALMEIDA (Orgs.), Sociedade e política no Brasil pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- DOBB, M. Economia política e capitalismo. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- DOWBOR, L. A formação do capitalismo dependente no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- EVANS, P. A tríplice aliança. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- FAJNZYLBER, F. La industrialización trunca de América Latina. México, Editorial Nova Imagem, 1983.
- _____, "A empresa internacional na industrialização da América Latina". In: Serra, J. (coord.). América Latina - ensaios de interpretação econômica. São Paulo, Paz&Terra, 1976.
- FIORI, J. L. Sonhos prussianos, crises brasileiras - leitura política de uma industrialização tardia. Ensaios FEE, Porto Alegre, 11(1): 41-61, 1990.
- _____, Em busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro, Insight, 1995.
- _____, O uovo da coruja. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995.
- GALL, N. et. al. Nova era da economia mundial. São Paulo, Pioneira, 1989.
- GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1994.
- GOLDSMITH, R.W. Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação. São Paulo, HARBRA, 1986.
- HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- HYMER, S. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. 2a ed., Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- KALECKI, J. M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Jorge Miglioli (org.) HUCITEC.
- _____, Teoria da dinâmica econômica. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- KLAMER, A. Conversas com economistas. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1988.
- LAMOUNIER, B. & MOURA, A. Política econômica e abertura política no Brasil. IDESP, 1984.
- LEFF, N. H. Política econômica e desenvolvimento no Brasil, 1947-1964. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- LESSA, C. Quinze anos de política econômica. 2a ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____, A estratégia de desenvolvimento 1974-76. Sonho e fracasso. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ para Concurso de Professor Titular em Economia Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- LOJKINE, J. El marxismo, el Estado y la cuestión urbana. México, Siglo XXI, 1977.
- LUKÁCS, G. História y consciencia de classe. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- LIPIETZ, A. Crise et inflation, pourquoi? Paris, Maspero, 1979.
- _____, L'audace ou l'enlèvement. Paris, La Découverte, 1985.
- _____, Mirages et miracles. Problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde. Paris, La Découverte, 1985.
- MANDEL, E. Tratado de economia marxista. México, Ediciones Era, 1969.
- _____, O capitalismo tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____, A crise do capital. São Paulo/Campinas, Ensaio/Ed. UNICAMP, 1990.
- MANTEGA, G. A economia política brasileira. São Paulo/Petrópolis, Polis/Vozes, 1984.
- _____, & MORAES, M. Acumulação monopolista e crises no Brasil. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1979.
- MARQUES, R.M. Automação e microeletrônica e o trabalhador. São Paulo, Bernal, 1990.
- MARTINS, C.E. (org.) Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1977.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- _____, Elementos fundamentales para la crítica de la economía política - Grundrisse. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- _____, Teorias sobre a plus-valia. Barcelona, Crítica, 1977.
- _____, O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MAZZUCHELLI, F.A. Contradição em processo: o capitalismo e suas crises. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- MEDEIROS, C.A. Padrões de acumulação e ajuste estrutural: um estudo comparativo sobre regimes salariais em capitalismo tardios. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, 1992.
- MICHALET, C.-A. O capitalismo mundial. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1983.
- MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo, T.A. Queiroz, 1982.
- MINSKY, H. P. Can "It" Happen again? Essays on instability and finance. Armonk, NY, M.E. Sharpe, 1984.
- MOISÉS, J. A. & ALBUQUERQUE, J. A. G. de (Orgs.). Dilemas da consolidação da democracia. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1989.
- MORAES NETO, B. R. de. Marx, Taylor e Ford. As forças produtivas em discussão. 2a ed., São Paulo, Brasiliense, 1991.
- MOTTA, F. C. P. Empresários e hegemonia política. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1977a.
- _____, A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977b.
- ORLÉAN, A. (org.) Analyse économique des conventions. Paris, PUF, 1994.
- PAULA, J. A. de & PIMENTEL, F. D. A lei do valor e a crise do nosso tempo. Revista de Economia Política, São Paulo, 9(2), abr./jun., 1989.
- PEREIRA, L.C.B. Desenvolvimento e crise no Brasil. São Paulo,

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

- Brasiliense, 1976.
- _____. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- _____. *Pactos políticos. Do populismo à redemocratização*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. *A crise do Estado*. São Paulo, Nobel, 1992.
- POSSAS, M. "Valor, preço e concorrência: não é preciso começar tudo desde o início". *Revista de Economia Política* 2(4) nº 8. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. *O projeto teórico da escola da regulação*. Novos Estudos CEBRAP, nº 21, São Paulo, CEBRAP, jul/1988.
- _____. *Dinâmica e concorrência capitalista*. São Paulo/Campinas, HUCITEC/Ed. UNICAMP, 1989.
- RIBEIRO, N. & MENDONÇA, A. *A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 6(4), out/dez., 1986.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de el capital de Marx. (Estudios sobre los gründerse)*. México, Siglo XXI, 1979.
- RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SALAMA, P. "Intervenção do estado e legitimação na crise financeira: o caso dos países latino-americanos semi-industrializados" in *Revista de Economia Política* 8(4): 67-87, out/dez 1988.
- _____. *Dolarização*. São Paulo, NOBEL, 1989.
- SALAMA, P. & MATHIAS, G. *O estado superdesenvolvido*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SALAMA P. & VALIER, J. *A economia em decomposição. Ensaio sobre a hiperinflação*. São Paulo, NOBEL, 1992.
- SILVA, E. B. da. *Refazendo a fábrica fordista*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 1981.
- SINGER, P. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1977.
- _____. *A crise do milagre*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Paz&Terra, 1982.
- SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. T. de (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SOUZA, N. A. de *Teoria marxista das crises*. São Paulo, Global, 1992.
- TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- _____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência UFRJ (mimeo).
- _____. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Concurso para professor titular UFRJ (mimeo), 1979.
- TOPALOV, C. "Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965". *Espaço & Debates*, nº 23, São Paulo, NERU, 1988.
- UDRY, O. *Ruptura e integração: tendências interdisciplinares entre economia e ciências sociais*. Tese de Doutorado apresentada ao Depto de Sociologia da FFLCH da USP, 1989.
- VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. Coord. *Reestruturação urbana. Tendências e desafios*. São Paulo, Nobel/TUPERJ, 1990.
- VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. IPEA, Rio de Janeiro, 1975.
- WEFFORT, F. *Qual democracia?* São Paulo, Cia das Letras, 1992.
- _____. *Por que democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1984.